



Jornalismo outro, memória outra?: *Agência Pública e o especial “Ditadura: 60 anos”*¹

Frederico de Mello Brandão TAVARES²

Mozahir Salomão BRUCK³

Resumo:

Vistos no plural, jornalismo e memórias evocam uma multiplicidade de experiências, bem como um ambiente de perene instabilidade temporal, de interesses e identidades. Nesse contexto, ao assumir uma baliza tensionadora para pensar a relação entre jornalismo e memória, este artigo problematiza sobre uma “outra” memória que habita(ria) produções jornalísticas ditas “não hegemônicas”, refletindo, em específico, sobre as textualidades presentes na leitura realizada pelo especial “Ditadura: 60 anos” acerca da última ditadura civil-militar brasileira, lançado pela agência de jornalismo *Pública* em abril de 2024. Para tanto, realizou-se uma análise conteudística das textualidades das reportagens, guiada pelas perguntas sobre qual memória é construída pelo conjunto de materiais do dossiê e, por meio do conjunto de materiais do especial, que sentidos são agregados à memória (e pela memória) desse triste período da história política nacional. Baseia-se, para tal, em operadores conceituais a partir de autores como Assmann (2011), Ricouer (1994), Halbwachs (1990), Jelin (2002), no âmbito da memória, além de Barbosa (2005), Becker (2009) e Amaral e Viana (2022) acerca dos estudos de jornalismo.

Palavras-chave: jornalismo; memória; ditadura civil-militar brasileira; *Agência Pública*; textualidades.

Another journalism, another memory?: *Agência Pública and the special “Dictatorship: 60 years”*

Abstract:

Seen in the plural, journalism and memory evoke a multiplicity of experiences, as well as an environment of perennial temporal instability, interests and identities. In this context, by taking a tensioning approach to thinking about the relationship between journalism and memory, this article discusses an “other” memory that inhabits so-called “non-hegemonic” journalistic productions, specifically reflecting on the textualities present in the reading carried out by the special “Dictatorship: 60 years” about the last Brazilian civil-military dictatorship, launched by the journalism agency *Pública* in April 2024. To this end, a content analysis of the textualities of the reports was carried out, guided by the questions of what memory is constructed by the set of materials in the dossier and, through the set of materials in the special, what meanings are added to the memory (and by the memory) of this

¹ Trabalho baseado no texto “Jornalismo outro, memória outra?” apresentado no 21º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, realizado na Universidade de Brasília (UnB), em novembro de 2023. Não houve publicação nos Anais do evento.

² Doutor em Ciências da Comunicação, docente e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto, Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ-2). *E-mail:* fredtavares.ufop@gmail.com.

³ Doutor em Letras, docente e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Interações Midiáticas da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Presidente em exercício da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPOS). *E-mail:* mozahir@gmail.com.





sad period in national political history. It is based on conceptual operators based on authors such as Assmann (2011), Ricouer (1994), Halbwachs (1990), Jelin (2002), in the field of memory, as well as Barbosa (2005), Becker (2009) and Amaral and Viana (2022) in journalism studies.

Keywords: journalism; memory; brazilian civil-military dictatorship; *Agência Pública*; textualities.

¿Otro periodismo, otra memoria?: *Agência Pública* y el especial “Dictadura: 60 años”

Resumen:

Vistos en plural, periodismo y memoria evocan una multiplicidad de experiencias, así como un entorno de perenne inestabilidad temporal, intereses e identidades. En este contexto, al asumir un marco tensionante para pensar la relación entre periodismo y memoria, este artículo problematiza una “otra” memoria que habita en las llamadas producciones periodísticas “no hegemónicas”, reflexionando específicamente sobre las textualidades presentes en la lectura realizada por el especial “Dictadura: 60 años” sobre la última dictadura cívico-militar brasileña, lanzado por la agencia periodística *Pública* en abril de 2024. Para ello, se llevó a cabo un análisis de contenido de las textualidades de los reportajes, guiado por las preguntas de qué memoria construye el conjunto de materiales del dossier y, a través del conjunto de materiales del especial, qué significados se añaden a la memoria (y por la memoria) de este triste período de la historia política nacional. Se parte de operadores conceptuales basados en autores como Assmann (2011), Ricouer (1994), Halbwachs (1990), Jelin (2002), en el campo de la memoria, así como Barbosa (2005), Becker (2009) y Amaral y Viana (2022) en los estudios de periodismo.

Palabras clave: periodismo; memoria; dictadura cívico-militar brasileña; *Agência Pública*; textualidades.

Introdução

Em março de 2024, a agência de jornalismo *Pública* lançou uma série de reportagens sobre os “60 anos do golpe”, compondo o dossiê chamado “Ditadura: 60 Anos”. Segundo se afirma na abertura do especial, “Datas têm uma função social: elas nos relembram do que não devemos — e não podemos — nos esquecer. As seis décadas do início da última ditadura militar brasileira são um marco contra o esquecimento”. Sob esse viés, a agência de jornalismo evoca a relação jornalismo e memória, jogando luz às seis décadas do golpe civil-militar brasileiro de 1964 e reivindicando sentidos para a atualidade e atualização dessa efeméride. Este artigo parte do pressuposto de que história e memória se embatem, se confrontam e se contradizem, mas se retroalimentam e, eventualmente, de algum modo, se sobrepõem ou mesmo se fundem. Em comum, história e memória possuem a reivindicação da verdade, condição essencial para que ambas se realizem. História e memória seriam, nesse sentido, determinadas pela limitação recíproca que impõem uma à outra (Assmann, 2011).



Há, constituindo a memória, um infinito movimento. Sua existência é dinâmica, e naquilo que a consiste, para além dos substratos que compõem conteúdos – lugares, personagens acontecimentos e testemunhos –, é preciso observar uma perene atualização, considerados os contextos em que se firmam; ou, em outras palavras, que dizem respeito a tempos e a espaços, a sujeitos e a instituições, articulados todos eles por camadas de sentido e poder. Numa perspectiva conceitual e concreta – ainda que majoritariamente *ocidental* –, a memória seria um tipo de reivindicação sobre formas de estar no mundo. Como problematizam Brasiliense e Ribeiro (*apud* Bergamo, 2011, p. 246) em reflexão sobre os meios de comunicação e o jornalismo: “[...] a quem cabe ser guardião da memória de uma coletividade? Quem detém autoridade para realizar o trabalho de seleção e enquadramento do passado de um grupo?”.

Na compreensão de que o jornalismo se faz no tempo presente, mas opera cruzamentos com o passado e o futuro, deve considerar-se a presença da memória como referente comum. Nesse contexto, as marcas do tempo fazem-se manifestas em notícias e reportagens, como relatos do cotidiano ou da *história*. A reportagem, por exemplo, “[...] não ocupa lugar central apenas na definição da profissão [o jornalismo], ocupa também um lugar muito particular na relação entre a chamada memória individual e a memória coletiva” (Bergamo, 2011, p. 246). E tal papel se dá pela dimensão ambígua e singular (Brasiliense; Ribeiro, 2006, p. 4) que, junto com as notícias, a reportagem carrega:

Os meios de comunicação não são os únicos, mas são, hoje, um dos principais atores na realização do trabalho de enquadramento sobre o passado das coletividades. É através deles que se realiza a operação da memória sob os acontecimentos e as interpretações do passado que se quer salvaguardar. O controle da memória social parte de “testemunhas autorizadas” e o jornalista, mediador entre o fato e o leitor, interfere nesse processo, não só enquadrando os fatos, mas reconstruindo valores e identidades no controle da realidade.

A mídia e o jornalismo, entretanto, devem também ser vistos em sua diversidade e complexidade. Ainda que ocupem lugares autorizados no cotidiano, o que lhes confere alguma universalidade no senso comum, há de se reconhecer que suas respectivas constituições históricas os colocam em posição de referência e, por isso, muitas vezes, de hegemonia, tanto no contato com outros campos sociais, quanto no atrito com atores que constituem e habitam o próprio campo jornalístico e os seus fazeres. O que coloca em xeque essa própria condição referencial.

A memória, nesse sentido, surge como um problema, uma questão central, já que possibilita(ria), por sua natureza movente, perguntar sobre quão outros são (seriam) esses arranjos *outros* do jornalismo. Como pensar uma *outra* memória que habita um *jornalismo outro*? Não se trata, pois, de uma memória alternativa resolvida, essencialmente outra, apenas por habitar um espaço contra-hegemônico ou independente, melhor dizendo. Deve-se perceber e perguntar sobre dinâmicas “alternativas” que, nesses espaços, constroem (ou não) tais memórias.

Considerando tais perspectivas, se nos detivermos no especial da *Pública* – “Ditadura: 60 anos”, objeto deste texto – e observarmos o conjunto de seus conteúdos, o volume do material chama a atenção. São 18 reportagens, três entrevistas, um perfil e uma crônica. Dentre as reportagens, 13 dão continuidade a uma série de reportagens da *Pública* lançada em 2023, na qual a Agência (*Pública*, 2024a) revelou “[...] 10 empresas que teriam responsabilidade na violação de direitos humanos durante a ditadura militar brasileira: Petrobras, Fiat, Companhia Docas de Santos, Itaipu, Josapar, Paranapanema, Cobrasma, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Aracruz e Folha de S.Paulo”.

A variedade das pautas, mesmo naquelas focadas nas denúncias de cumplicidade de empresas com o regime militar, abarca a repressão a trabalhadores, abuso sexual, torturas, sequestros, semi-escravidão, racismo, entre outras questões sensíveis e problemáticas. Destaque-se, perpassando-se o todo das chamadas e no interior de cada material, um jogo entre presente, passado e futuro, que coloca em cena a relação do jornalismo com a memória e, na trama de tal relação, questões editoriais e textualidades para narrar a história, hoje. Como vai dizer o texto introdutório do especial: “[...] investigamos fatos e histórias que revelam como ainda há muito que apurar sobre os longos anos nos quais a aliança militar e civil nos tirou a democracia [...]” (*Pública*, 2024a).

A apresentação atual da *Pública* (2024b) em seu portal afirma: “Fundada em 2011 por repórteres mulheres, a *Pública* é a primeira agência de jornalismo investigativo sem fins lucrativos do Brasil. Todas as nossas reportagens são feitas com base na rigorosa apuração dos fatos e têm como princípio a defesa intransigente dos direitos humanos”. Há, seja em pesquisas sobre a *Pública*, seja na própria fala da Agência, um (auto)reconhecimento acerca de seu

jornalismo, como prática e como produto, que busca trabalhar uma *outra* leitura de mundo, com distinção em relação ao dito jornalismo comercial ou hegemônico⁴.

Isso posto, se observarmos tal condição sob a problematização da relação memória e jornalismo, como o especial “Ditadura: 60 anos” nos permite pensar tensionamentos e reflexões acerca do último período ditatorial brasileiro? Que memória é construída pelo conjunto de materiais do dossiê? Como, por meio das textualidades, reportagens, entrevistas, crônica e perfil ensejam posturas de luta e significação do passado? Como, por meio de leituras “outras” sobre a ditadura, sentidos são agregados à memória (e pela memória) dessa mancha nacional?

Jornalimos, história e memória

Associar o jornalismo à memória, colocando em cena um campo de disputas simbólicas a partir de uma compreensão não essencialista (Assmann, 2011), traz como demanda uma reflexão acerca de lógicas que perpassam o fazer jornalístico e, conseqüentemente, suas textualidades (Leal, 2018; 2022) e matrizes de referência. Ainda que trabalhe com um tempo fundamentalmente diferente do da história, como nos aponta Marialva Barbosa (2005, p. 53), o jornalismo, voltado para o tempo presente, deve “[...] construir textualidades que se valem fundamentalmente da argumentação”. Nesse viés, diz a autora, se o “presente precisa ser conhecido”, ele o faz, em certa medida, provando o futuro – e o passado, pode-se dizer. O jornalismo faz do presente um objeto de atuação e cerca-se de legitimidade para atuar, como instância privilegiada de poder real e simbólico (Barbosa, 2005), bem como de expectativas públicas, como porta-voz da informação e, também, do próprio tempo social em sua própria duração (Moraes, 2014).

O jornalismo, como prática histórica e hegemonicamente reconhecida, opera na tentativa de construção de ordenamentos, valendo-se de uma busca constante de racionalização do tempo social, por meio de uma matriz de produção noticiosa cercada de ideologias e, em termos discursivos, de processos de construção de verdades. Também, o jornalismo institui-se a partir de um texto que se cerca de “convenções narrativas e regimes de historicidade precisos” (Barbosa, 2005, p. 54), que remetem, no processo de produção informativa, a um conjunto de

⁴ Sobre outros estudos e relatos sobre a *Pública* e sua perspectiva editorial, ver: Amaral e Viana (2022); Coração e Martins (2015); Carvalho (2014); Diab e Schwaab (2014); Winch e Borelli (2015).



convenções e artifícios em prol do verossímil, compondo, como reflete Barbosa (2005, p. 5) a partir de Ricoeur (1995), “um simulacro persuasivo”.

Sem adentrarmos aqui na elaboração conceitual sobre a hegemonia e, nesse viés, desenvolver uma fundamentação mais precisa acerca do dito jornalismo hegemônico (dominante, de referência etc.), salientamos, entretanto, que tomamos tais termos, no caso do jornalismo e dos meios de comunicação institucionalizados, desde uma perspectiva gramsciana, inspirados em Moraes (2010). Moraes (2010, p. 68) ilumina nossa perspectiva, ao apontar que “parcela preponderante da mídia”, principalmente aquela de caráter comercial e massivo, consolidada a partir de uma lógica de concentração dos meios,

quer reduzir ao mínimo o fluxo de ideias contestadoras – por mais que estas continuem existindo. A meta precípua é esvaziar análises críticas e expressões de dissenso, evitando atritos entre as interpretações dos fatos (notadamente os que afetam interesses econômicos, corporativos e políticos) e seu entendimento por parte de indivíduos, grupos e classes. O controle ideológico dificulta a participação de outras vozes no debate sobre os problemas coletivos, pois se procuram neutralizar óticas alternativas, principalmente as que se opõem à supremacia do mercado como âmbito de regulação de demandas sociais. Ao mesmo tempo em que minimiza questionamentos, a mídia não quer submeter-se a freios de contenção, alegando que exerce uma função social específica (informar a coletividade).

Nesse sentido, pensar sobre como *os jornalismos* (em um sentido plural) contribuem para edificar a memória das comunidades e das sociedades significa considerar que, dado o modo como se instituíram historicamente, ao colocarem-se como dispositivos de registro e acervo memorialístico, eles inscrevem em si e por si, também, uma memória que faz ecoar sua circunstância e natureza de um tipo de simulacro persuasivo. Mediadores do presente e lugares também de registro, de arquivo e de operacionalidade futura do memorável, cabe considerar que as textualidades neles instauradas guardam em si e trazem consigo perspectivas, vieses, modos de ver e dizer o mundo, que resultam de suas posições ideológicas de um momento histórico específico, assim como problematizam o próprio jornalismo dito *universal*, cujos interesses cristalizados e intencionalidades concretas tentam pautar um tipo de sociedade.



O que outra memória (jornalística) requer?

Os nomeados *jornalismo alternativo* ou *independente*, por exemplo, dizem respeito a experiências de produção noticiosa que querem se distanciar daquilo que se tem como padrão jornalístico, sendo correspondentes a contextos históricos e culturais específicos, mas também atentos ao mundo como um todo, operando, pretensamente, outras formas de mediação da memória. Incorporam, claro, uma certa relatividade, já que as distinções construídas por tais experiências vão depender de circunstâncias particulares. Embora estejam frequentemente associadas a posturas de enfrentamento político ou econômico, tais experiências não necessariamente significam “atividade anticapitalista, antiempresarial ou anti-industrial”, como vai refletir Becker (2009, p. 273). É o caso, muitas vezes, de produções voltadas para o entretenimento ou para dimensões específicas da cultura ou de segmentos sociais em particular⁵.

Uma postura contra-hegemônica, por isso, associa-se historicamente a produções de caráter informativo cujas características editoriais passam por uma reivindicação transformadora do presente; tais produções, é bom dizer, também podem habitar os chamados veículos “tradicionais”⁶. Ou associa-se a produções de perfil militante, como forma de contraposição às hegemônias sociais e a um padrão midiático e jornalístico hegemônico. No entanto,

[...] o fato de estarem próximos de organizações contra-hegemônicas não torna o jornalismo alternativo contra-hegemônico. No que diz respeito ao modo de fazer, este jornalismo, por vezes, reproduz aspectos do jornalismo

⁵ Xavier (2015) discute em sua pesquisa sobre a *Pública* a respeito da noção de “jornalismo complementar”, que poderia ser associado ao tipo de produção realizado pela Agência. Segundo a autora, “O sistema de organizações jornalísticas sem fins lucrativos emergente nos Estados Unidos – e do qual a *Pública* se reconhece como pioneira no Brasil – parece estar na contramão do posicionamento e do discurso adotado pelas iniciativas que comumente são referenciadas como alternativas. Em vez de se contrapor, buscam somar esforços com os veículos de referência, utilizando-se até mesmo da sua estrutura para distribuir o conteúdo produzido e aumentar seu impacto. Estão cada vez mais conscientes da necessidade de perceberem suas organizações como negócios e de desenvolverem habilidades administrativas e gerenciais para garantirem a sustentabilidade financeira. E, ainda, assim como a mídia tradicional, tais iniciativas têm buscado legitimar suas atividades em um discurso alinhado ao resgate dos valores mais básicos e centrais do jornalismo: o interesse público, a objetividade e a independência” (Xavier, 2015, p. 77). Por tal razão, complementa Xavier (2015, p. 77), “O resgate de princípios básicos do jornalismo, como a objetividade e o compromisso com o interesse público, somado à atuação em nicho, bem como a preocupação com a sustentabilidade, parecem apontar para a conformação muito mais de um discurso de complementariedade, por parte das organizações jornalísticas que compõem esse sistema emergente, do que de oposição a mídia tradicional, geralmente adotado pelo jornalismo alternativo”.

⁶ Fiorucci (2011) vai avançar nessa discussão e na problematização sobre a mídia alternativa na atualidade.

convencional. Os conteúdos publicados nos sites dos alternativos seguem, em geral, uma estrutura padrão que inclui o lide, a impessoalidade, a estrutura em forma de pirâmide invertida entre outros aspectos que compõem o que se entende como princípios da objetividade jornalística (Carvalho; Bronosky, 2017, p. 25).

Ainda assim, trata-se de publicações ou produções, em geral, não-hegemônicas, cuja estruturação não perpassa uma dimensão empresarial, de origem capitalista, muitas vezes distantes de setores que detêm, de forma privilegiada, o poder político, econômico e cultural (Grinberg, 1987).

Nesse contexto, discutir a necessidade de outras memórias possíveis (García Gutiérrez, 2008) é, de partida, considerar que as cristalizações hegemônicas que substanciam a cultura devem ser constantemente colocadas em questão.

A memória tem de abrir seus braços a sensibilidades diferentes e plurais e submeter-se à vigilância e à gestão coletiva. Ocorre que a coletivização da memória não se concretiza com a administração pública tradicional porque se deve entender por coletiva a ação direta e participativa dos cidadãos nos assuntos de seu passado, mediante novos mecanismos de representação e um controle direto dessa representação que eleve os níveis de confiança (García Gutiérrez, 2008, p. 102).

Tendo isso em vista, pergunta-se: o jornalismo de *Pública* escapa das armadilhas que a cultura e a ideologia impõem em termos dos olhares histórica e “modernamente” moldados sobre a vida social, em suas distintas temporalidades? Como isso aparece na cobertura do especial “Ditadura: 60 anos”? Como tal perspectiva incide na relação entre jornalismo, história e memória que ali se constrói?

Na *Pública*, uma memória outra?

A rememoração dos 60 anos do golpe civil-militar que instaurou a ditadura militar em 1964 no Brasil teve, em 2024, um contexto distinto: em anos anteriores e nas efemérides denominadas de aniversários redondos (30, 40, 50 anos...)⁷, tais acionamentos memorialísticos

⁷ Em 2014, cinco décadas após o golpe civil-militar, por exemplo, André Bonsanto Dias (2014, p. 47) analisa a cobertura dessa efeméride pela imprensa liberal brasileira: “Com a proximidade das ‘comemorações’ dos 50 anos do golpe civil-militar no Brasil e as investigações da Comissão Nacional da Verdade há, supõe-se aqui, articulação de uma política de memória clara desses jornais, buscando um desvencilhamento de seu passado político de apoio ao regime militar”.



foram marcados pela polarização envolvendo, de um lado, setores moderados e conservadores (incluídos os militares) que buscaram enaltecer a necessidade do golpe para a garantia da liberdade e de combate a ameaças de implantação do comunismo no Brasil; e, de outro lado, o acionamento de memórias outras pelos chamados grupos progressistas no agendamento das denúncias de violação dos direitos individuais e coletivos, perseguição, torturas e assassinatos de militares e políticos de esquerda durante os governos militares, especialmente a partir do Ato Institucional nº 5 (AI-5).

Possivelmente em função de outra tentativa do golpe em 8 de janeiro de 2023, uma semana após a posse do presidente Luís Inácio Lula da Silva, da invasão e da depredação das sedes dos três Poderes da República e, ainda, diante de uma atmosfera de certo temor frente aos setores mais radicais das Forças Armadas, parte dos chamados grupos progressistas parece ter assentido à orientação do presidente Lula de que não se desse muita ênfase às manifestações de protesto pela rememoração do golpe civil-militar. Na mídia jornalística dita hegemônica, as textualidades – notícias, editoriais e comentários – a respeito do assunto mais se ocuparam do debate opositivo entre lembrar ou não lembrar, do que da data em si (Éboli, 29 mar. 2024; *Diário de Pernambuco*, 30 mar. 2024, entre outras tantas). Destaque, nas matérias publicadas, para o dissenso entre a posição oficial do governo e parte da militância progressista.

A série de reportagens da *Agência Pública* (2024a) no especial “Ditadura: 60 anos”, já na página principal, destaca que a série “revela segredos da ditadura militar nos 60 anos de golpe”. O tom da série de reportagens se define logo na apresentação, ao convocar como justificativa para sua relevância o dever da memória, como mencionado na Introdução deste artigo. As reportagens foram publicadas no portal da *Agência Pública* nos meses de março e abril de 2024. Além das reportagens, o portal da *Agência* republicou outras matérias sobre o envolvimento de empresas e empresários no apoio ao golpe civil-militar e à ditadura. Desses textos, a maioria era inédita, sendo que outros já haviam divulgados anteriormente no portal da *Agência*.

Para nossa análise, centramo-nos nas textualidades referentes a cinco reportagens presentes na série especial. A primeira, publicada em 12 de março, foi “Instituto Butantan produziu veneno para ditadura chilena assassinar opositores”, assinada por Sérgio Barbo (2024a). Talvez a reportagem da série que mais tenha demandado esforço investigativo,



“Instituto Butantã...” apresenta informações muito relevantes e que aproximam, de modo inédito, o conhecido instituto paulista do assassinato de militantes e opositores ao governo chileno, entre eles o poeta Pablo Neruda, que deixaria o Chile depois do golpe militar, tão logo se recuperasse de uma cirurgia. O trabalho de Barbo cumpre também um papel importante: aponta para tentativas de apagamentos sobre fatos que, supostamente, podem ter levado à morte políticos brasileiros como João Goulart, deposto pelo golpe de 1964, e Carlos Lacerda.

Também assinada por Barbo (2024b) e veiculada em 7 de abril, a última reportagem da série, “O que a ciência brasileira perdeu com a repressão durante a ditadura?”, tenta mostrar como os cientistas brasileiros, durante as cerca de duas décadas de ditadura civil-militar, viveram entre os polos da resistência e da adesão. Uma das primeiras medidas adotadas pelo governo militar foi excluí-los das universidades e, em muitos casos, banimento desses cientistas dissonantes do novo regime do próprio país.

Barbo (2024b) aponta que, já nos primeiros dias do governo militar, por meio de decreto, comissões de Inquérito Policial Militar (IPM) foram instaladas em faculdades e instituições científicas em busca de pesquisadores dissidentes ou corruptos, independentemente de seu *status* curricular. Algumas das comissões tinham não apenas aval, mas a participação de membros da própria instituição.

Outro texto, publicado em 29 de março, que consideramos bastante rico em termos dos elementos e vieses memorialísticos que o consistiram, foi a reportagem-testemunho da jornalista Ludmila Pizarro (2024). O texto “Apurando, descobri como meu pai foi raptado ao me buscar em creche e torturado na ditadura” mescla informações objetivas apuradas pela autora no trabalho de levantamento junto a fontes secundárias. Ela acaba descobrindo que o pai, Edwaldo Alves Silva, havia sido, durante sua prisão, acusado de subversão política e torturado. E também apresenta relatos muito subjetivos sobre como a história e a memória oficial atravessaram sua infância, adolescência e vida adulta.

[...] Meu pai, Bernardino e Bonfante Demaria estiveram no presídio do Hipódromo juntos. Nas visitas, minha mãe fazia questão de me levar. Não sei se existe uma explicação psicanalítica para isso, mas minhas lembranças mais antigas são de lá. [...] Frequentei o Hipódromo entre meus segundo e terceiro anos de vida. As recordações são, acredite, muito felizes. Era o dia de ver meu pai. E ele sempre me recebia com um sorriso enorme. Era dia de dormir em um banquinho de madeira no seu colo e brincar no pátio de piso vermelho (Pizarro, 2024).

Aqui, cotejando memória coletiva e memória individual (Halbwachs, 1990), observam-se tensionamentos, entre, por um lado, a experiência e possibilidades perceptuais de uma criança na construção de sua memória individual e o que aqueles personagens, lugares e acontecimentos (Pollak, 1992) cristalizavam em termos de memórias coletivas que seriam construídas e que se colocariam, de modo polarizado, em disputa: comunistas, subversivos e terroristas significavam um enorme risco para o Brasil e para a liberdade da sociedade ou militantes se colocavam contra a ditadura e o golpe articulado por civis e militares para implantar no país um regime de exceção e de cessação das liberdades.

Na reportagem do dia 31 de março, “A greve dos boias-frias de Guariba que desafiou usineiros e policiais na ditadura militar”, o repórter Rafael Custódio (2024) busca recuperar fatos que marcaram a greve dos canavieiros de Guariba (SP), ocorrida em 1984, já às portas do fim do regime militar. Para tanto, o puzzle diagramático (Pignatari, 1996) associa depoimentos de trabalhadores que viveram o confronto entre grevistas e policiais, familiares de trabalhadores. Na greve de cerca de sete mil canavieiros que se dirigiram a Guariba, o trabalhador morto durante o confronto dos boias-frias com os militares foi um metalúrgico, Amaral Vaz Melone, de 49 anos, atingido com um tiro no rosto enquanto assistia à movimentação dos grevistas em frente ao estádio de futebol da cidade (Custódio, 2024). Na busca dos inquéritos sobre o caso, a memória e a história deparam-se com a realidade que as fragiliza: a perda de documentos oficiais, como os inquéritos policiais.

A Pública foi até à delegacia de Guariba, onde foi informada de que os documentos referentes à investigação policial teriam sido perdidos em uma chuva torrencial que atingiu o município anos atrás. A equipe de policiais civis não soube dizer quando foi a perda de material. Procurada, a Secretaria de Segurança Pública (SSP), sob a gestão do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), respondeu que o caso foi arquivado e qualquer informação deve ser apurada com a Justiça (Custódio, 2024).

A reportagem denuncia que familiares do metalúrgico Malone, quatro décadas depois, seguem sem compreender o que, de fato, aconteceu com o trabalhador morto. Para muitos, a memória, porque opacizada, instala-se como uma lacuna, um vazio de sentido.

Já na reportagem do dia 1 de abril, “Jogou pôquer e foi explodir o Riocentro: Wilson Machado, o fantasma vivo da ditadura”, Alice Maciel (2024) tenta trazer à tona um dos

episódios mais controversos e pouco esclarecidos da repressão militar: a tentativa de ataque terrorista ao show do Dia do Trabalhador (marcado para 30 de abril de 1981), que aconteceria no Centro de Convenções do Riocentro. Como fonte principal, a reportagem se vale do depoimento de uma testemunha, identificada com o nome fictício de Luciana, que, 43 anos depois, decide contar publicamente o que sabe sobre a história. O tal jogo de pôquer, a que o título da matéria se refere, aconteceu na casa de Luciana. Na época, Machado, conhecido pelos amigos de praia pelo apelido de Patinho, seria agente do Destacamento de Operações e Informações do I Exército (DOI-I), que era o órgão de repressão e inteligência da ditadura.

Das memórias acionadas por Luciana que compõem a reportagem, destaca-se a incompreensão da testemunha até hoje em relação à frieza de Patinho, já que ele participara tranquilamente, na véspera do show do Riocentro, de uma rodada de pôquer, sendo que, no dia seguinte, protagonizaria um atentado terrorista que poderia ter tirado várias vidas:

Ele foi na minha casa, escutou eu falar um dia antes que eu ia para o show e assim mesmo levou uma bomba para me matar. Como é que pode uma pessoa que estava tramando isso jogar pôquer no dia anterior, como se fosse uma coisa normal? Pra mim ele é uma pessoa muito fria. Meu Deus, como é que existem pessoas assim? (Luciana, 2024 *apud* Maciel, 2024).

Entre lembrar e esquecer, observa-se no conjunto de textos do especial de *Pública*, principalmente naqueles aqui apontados, um percurso que vai na contramão do esquecimento e da memória oficial. As reportagens optam, seis décadas após o golpe civil-militar, por tentar lançar luzes sobre esse fato histórico que mudou a vida do país. Nesse sentido, chama-nos atenção uma reiterada referência a um dever de memória, por assim dizer, a importância de que essas efemérides de acontecimentos históricos como o 31 de Março sirvam para uma reflexão crítica sobre os fatos que levaram ao golpe civil-militar, sobre personagens que o protagonizaram e sobre os contextos que o ensejaram.

Considerações finais

Narrativas sobre o presente e sobre o passado compõem-se de substâncias que transcendem os acontecimentos que relatam. Toda mediação é instauradora de embates e negociações entre campos simbólicos conectando mundos perceptuais possíveis. Analisar a série de reportagens “Ditadura: 60 anos” da *Pública* significou uma relevante oportunidade para

refletirmos sobre como as memórias desfazem-se ou cristalizam-se por meio de imbricados processos de significação. Em tais processos, grupos hegemônicos tendem a fazer prevalecerem versões e entendimentos do passado – o memorável – que mais lhes interessam, pois justificam e enquadram o presente que lhes convém e, assim, por meio dessa memória enquadrada, tentam predicar o futuro. Por assim dizer, a inscrição do memorável resulta de processos culturais e sociais amplos que se desenham na invisibilidade da ideologia e como resultado de complexas equações e transações de significados e sentidos disputados e negociados pelos indivíduos e grupos em que estão inseridos.

Se advogamos uma superação acerca da memória produzida por um jornalismo hegemônico, não estamos falando em defender um polo contrário. Mais que uma contra-hegemonia, nesse sentido, estamos pensando numa perspectiva de diversidade, de complexidade, que considera disputas e conflitos presentes na construção de narrativas, ainda que fincada num olhar de mundo que busque reposicionar, historicamente, sujeitos e poderes. É nesse lugar que o especial de *Pública* se encontra, recuperando, criticamente, um passado que deve ser lembrado e recontado para que não seja esquecido e, ao mesmo tempo, se esclareça permanentemente. Alimenta, nesse sentido, um dever de memória em relação ao passado autoritário que a sociedade brasileira experimentou.

Olhar as reportagens do dossiê “Ditadura: 60 anos” e refletir sobre suas pautas, menos que fixar atores históricos, leva-nos também a compreender outros arranjos temporais, outras maneiras de narrar, mediar, representar, articular o(s) tempo(s). Um movimento que encaminha uma percepção e um retrabalho da memória no jornalismo, desde uma operacionalidade outra que busca desconstruir e reconstruir, simultaneamente, experiências temporais e experimentações jornalísticas.

Nesse sentido, alinhamos nossa interpretação à de Jelin (2002), para quem é preciso entender a memória como um espaço de luta política. Para a autora, dificilmente, em qualquer período da história, encontraremos uma interpretação única do passado partilhada pela sociedade. O embate social em torno da memória é o embate em termos dos interesses e lutas mais amplas que os grupos sociais travam entre si e dentro deles mesmos.

Talvez essa seja uma das questões mais cruciais quando se discute a necessidade de desfazermos-nos de modos apriorísticos prevalentes sobre como nos colocamos no mundo e o

vemos e interpretamos. O que revela a importância do especial de *Pública* e a maneira como ele extrapola certas textualidades como manifestação exclusiva de sentido, redirecionando alteridades para lugares outros que não apenas o de uma dialética sobre hegemonias e seus contrários. Ainda que não tenha o jornalismo como objeto, o especial de *Pública* torna objeto o próprio jornalismo ao acioná-lo como um (outro) fazer e como narrativa de resistência, tendo a memória como liame e como referente. Tal costura permite – via jornalismo – que questões da última ditadura civil-militar brasileira venham à tona, bem como joga luz para disputas perenes e posturas vigilantes sobre o país que fomos, somos e queremos ser.

Referências

AMARAL, Marina; VIANA, Natália. **Furos, mentiras e segredos revelados**. São Paulo: Elefante, 2022.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

BARBO, Sérgio. Instituto Butantan produziu veneno para ditadura chilena assassinar opositores. **Pública**, [S. l.], 12 mar. 2024a. Disponível em: <https://apublica.org/2024/03/instituto-butantan-produziu-veneno-para-ditadura-chilena-assassinar-opositores/>. Acesso em: 12 abr. 2024.

BARBO, Sérgio. O que a ciência brasileira perdeu com a repressão durante a ditadura? **Pública**, [S. l.], 7 abr. 2024b. Disponível em: <https://apublica.org/2024/04/o-que-a-ciencia-brasileira-perdeu-com-a-repressao-durante-a-ditadura/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

BARBOSA, Marialva. O que a história pode legar aos estudos de jornalismo. **Contracampo**, Niterói, v. 12, p. 51-62, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17385>. Acesso em: 11 mar. 2024.

BECKER, Maria L. Mídia alternativa: antiempresarial, anti-industrial, anticapitalista? In: WOITOWICZ, Karina Janz (org.). **Recortes da mídia alternativa**: histórias & memórias da comunicação no Brasil. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2009. p. 273-286.

BERGAMO, Alexandre. Reportagem, memória e história no jornalismo brasileiro. **Mana – Estudos de Antropologia Social**, v. 17, n. 2, p. 233-269, 2011. Disponível em <https://www.scielo.br/j/mana/a/qhSHXpyY84wh6VCdRNhggCv/>. Acesso em: 12 mar. 2024.

BRASILIENSE, Danielle Ramos; RIBEIRO, Ana Paula Goulart. “A matança dos inocentes”: questões de memória e narrativa jornalística. **UNirevista**, v. 1, p. 1-12, 2006. Disponível em:

<https://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/110910778876295971811745218657721207232.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2024.

CARVALHO, Guilherme. Jornalismo alternativo na era digital: análise de reportagens da Agência Pública. **Revista Alterjor**, v. 10, n. 2, p. 126-142, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/88327>. Acesso em: 11 abr. 2024.

CARVALHO, Guilherme; BRONOSKY, Marcelo E. Jornalismo alternativo no Brasil: do impresso ao digital. **Pauta Geral – Estudos em Jornalismo**, v. 4, p. 21-29, 2017. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/10007>. Acesso em: 10 fev. 2024.

CORAÇÃO, Cláudio; MARTINS, Lilian Juliana. A identidade jornalística da agência Pública na discussão sobre o jornalismo contemporâneo. **Revista Estudos de Comunicação**, Curitiba, v. 16, n. 40, p. 149-164, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.7213/rec.v16i40.22522>. Acesso em: 11 abr. 2024.

CUSTÓDIO, Rafael. A greve dos boias-frias de Guariba que desafiou usineiros e policiais na ditadura militar. **Pública**, [S. l.], 31 mar. 2024. Disponível em: <https://apublica.org/2024/03/a-greve-dos-boias-frias-de-guariba-que-desafiou-usineiros-e-policiais-na-ditadura-militar/>. Acesso em 11 ar. 2024.

DIAB, César Raydan; SCHWAAB, Reges Toni. Jornalismo em defesa das causas perdidas: antagonismos do contemporâneo na narrativa de reportagens da Agência Pública. **Verso e Reverso**, v. 2, p. 101-113, 2014. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/ver.2014.28.68.05/4186>. Acesso em: 12 abr. 2024.

DIAS, André Bonsanto. A “revolução” não será comemorada: horizonte de expectativa e as políticas de memória da grande imprensa brasileira frente ao contexto dos 50 anos do golpe. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 3, p. 43-50, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/4134/2450>. Acesso em: 12 abr. 2024.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Sob a sombra do 8 de janeiro, Lula ignora os 60 anos do golpe militar. Recife, 30 mar. 2024. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2024/03/sob-a-sombra-do-8-de-janeiro-lula-ignora-os-60-anos-do-golpe-militar.html>. Acesso em: 19 abr. 2024.

ÉBOLI, Evandro. Silêncio sobre o golpe de 1964 incomoda o PT. **Correio Braziliense**, Brasília, DF, 29 mar. 2024. Disponível: <https://www.correio braziliense.com.br/politica/2024/03/6827679-silencio-sobre-o-golpe-de-1964-incomoda-o-pt.html>. Acesso em: 19 abr. 2024.

FIORUCCI, Rodolfo. A nova geração do jornalismo crítico: mídia alternativa. **Diálogos**, v. 15, n. 2, p. 455-481, maio-ago. 2011. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/36208>. Acesso em: 11 fev. 2024.

GRINBERG, Máximo S. Comunicação alternativa: dimensões, limites, possibilidades. *In*: GRINBERG, Máximo S. (org.). **A comunicação alternativa na América Latina**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987. p. 18-30.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. **Outra memória é possível**: estratégias descolonizadoras do arquivo mundial. Petrópolis: Vozes, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Rio de Janeiro: Vértice, 1990.

JELIN, Elizabeth. Los trabajos de la memoria. Madri: Siglo XXI de España Editores, 2002.

LEAL, Bruno Souza. **Introdução às narrativas jornalísticas**. Porto Alegre: Sulina, 2022.

LEAL, Bruno Souza. Do texto à textualidade na comunicação: contornos de uma linha conde investigação. *In*: LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto; ALZAMORA, Geane. **Textualidades midiáticas**. Belo Horizonte: PPGCom/UFMG, 2018. p. 17-34.

MACIEL, Alice. Jogou pôquer e foi explodir o Riocentro: Wilson Machado, o fantasma vivo da ditadura. 1 abr. 2024. **Pública**, [S. l.], 1 abr. 2024. Disponível em: <https://apublica.org/2024/04/jogou-poquer-e-foi-explodir-o-riocentro-wilson-machado-o-fantasma-vivo-da-ditadura/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

MORAES, Livia Assad. Ditadura militar: a memória jornalística como parte da revisão histórica. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 3, p. 33-41, 2014. Disponível em: <https://www.unicentro.br/rbhm/ed06/dossie/03.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2024.

MORAES, Dênis. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 54-77, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/12420>. Acesso em: 12 mar. 2024.

PIGNATARI, Décio. Para uma semiótica da biografia. *In*: HISGAIL, Fani (org.). **Biografia: sintoma da cultura**. São Paulo: Hacker Editores: Cespuc, 1996.

PIZARRO, Ludmila. Apurando, descobri como meu pai foi raptado ao me buscar em creche e torturado na ditadura. **Pública**, [S. l.], 29 mar. 2024. Disponível em: <https://apublica.org/2024/03/apurando-descobri-como-meu-pai-foi-raptado-ao-me-buscar-em-creche-e-torturado-na-ditadura/>. Acesso em: 17 abr. 2024.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1941>. Acesso em 23 mar. 2024.

PÚBLICA. [Abertura]. **Ditadura 60 anos**. Especial. [S. l.], 2024a. Disponível em: <https://apublica.org/especial/ditadura-60-anos-do-golpe/>. Acesso em: 12 abr. 2024.



PÚBLICA. **Quem somos**. [S. l.], 2024b. Disponível em: <https://apublica.org/quem-somos/>. Acesso em: 19 abr. 2024.

PÚBLICA. **Empresas cúmplices da ditadura**. Especial. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://apublica.org/especial/as-empresas-cumplices-da-ditadura-militar/>. Acesso em: 18 abr. 2024.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo I. Campinas: Papirus, 1994.

WINCH, Rafael Rangel; BORELLI, Viviane. Sentidos sobre o jornalismo investigativo no discurso de reportagens da Agência Pública. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 12, p. 264-276, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2015v12n2p264>. Acesso em: 12 mar. 2024.

XAVIER, Aline Cristina Rodrigues. **Agência pública: espaços, atores, práticas e processos em reconfiguração na produção de investigações jornalísticas**. 2015. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

Submetido em: 08.05.2024

Aprovado em: 29.06.2024

